

PARA ALÉM DO ESPIRITUAL: reflexões sobre Igreja e trabalhadores rurais sem-terra (1970-1980)

Fabiano Coelho

Doutorando em História pela Universidade Federal da Grande
Dourados (UFGD). Mestre pela mesma instituição.

RESUMO: O trabalho objetiva refletir sobre algumas questões que orientaram as atividades da Igreja junto aos trabalhadores rurais sem-terra, em fins dos anos de 1970 e início da década seguinte. Nessa época, devido à situação política, econômica e social que o Brasil estava vivendo, grupos organizados dentro da Igreja, sob a ótica da Teologia da Libertação, passaram a desenvolver inúmeros trabalhos com grupos marginalizados pela sociedade. No campo, as ações da Igreja, especialmente por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e Comissão Pastoral da Terra (CPT), tiveram um papel ímpar junto aos trabalhadores rurais sem-terra, auxiliando na organização de diversos movimentos sociais na luta pela terra. Nas atividades desenvolvidas pelos agentes religiosos, havia o imbricamento entre religião e política, em que os sujeitos sem-terra eram estimulados a serem atores de sua própria história, lutando por sua libertação e a caminho da “terra prometida”.

PALAVRAS-CHAVE: sem-terra, Igreja, CEBs, CPT, política e religião.

ABSTRACT: This paper aims to analyze some subjects that guided the church activities with the rural workers without-land, in late 1970's and beginning of the following decade. Due to the political, economical and social situation that Brazil was living in that time, organized groups inside the Church, under the optics of the Theology of the Liberation started to develop countless works with marginalized groups by the society. In this way, the actions of the Church, especially through the Basic Ecclesiais communities (CEBs) and Pastoral Commission of the Earth (CPT), which had a special importance with the rural workers without-land, helping in the organization of several social movements to fight for the land. In the activities developed by the religious agents, there was a desire between religion and politics, that people without-land were stimulated to be actors of their own history, struggling for their liberation and to be on the way to the promised land.

KEY-WORDS: people without-land, Church, CEBs, CPT, politics and religion.

Este artigo visa discutir algumas questões relacionadas ao trabalho da Igreja no campo junto aos sujeitos sem-terra, sobretudo, através das ações das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), chamando a atenção para o imbricamento dos discursos políticos e religiosos que orientavam as ações dos “agentes religiosos”¹. As reflexões estão pautadas em um conjunto de referências bibliográficas, e algumas fontes que remetem à problemática do trabalho. Para tanto, o recorte temporal se concentra nas décadas de 1970/80.

Quando utilizo o conceito “Igreja”, não penso nela como um todo. Faço referência aos homens e às mulheres que se congregaram por motivo de fé na Igreja Católica² e, também, em outras denominações que, por motivos semelhantes se engajaram na luta pela terra. Assim, não me dirijo à Igreja-instituição, hierárquica e corporativa. Mas, aos grupos de religiosos que se mostraram comprometidos com a práxis libertadora, os chamados “progressistas”. No caso da luta pela terra, “a participação da Igreja não foi unânime, nem homogênea”³, uma vez que existiam grupos no interior da Igreja contrários às reivindicações dos trabalhadores rurais sem-terra.

Ao procurar compreender as ações dos agentes religiosos em meio à luta pela terra, é relevante ressaltar alguns acontecimentos históricos que contribuíram para transformações no âmbito da Igreja-instituição. De acordo com Vanilda Paiva, em fins da década de 1960, a Igreja Católica na América Latina, especialmente no Brasil, passou pelo chamado processo de “instalação da Igreja Moderna”⁴. Este processo fez com que a Igreja reorientasse algumas de suas práticas face a sociedade, principalmente em relação aos excluídos. Neste sentido, houve aspectos externos e internos ao Brasil que foram fundamentais para esse processo. No âmbito externo, pode-se citar a derrota do nazismo e do fascismo no Pós-Guerra Mundial (1945); o pontificado de João XXIII (1958-63); e o Concílio do Vaticano II (1962), que abriu espaço para discussão sobre as orientações políticas da Igreja. Os dois últimos aspectos foram cruciais para que a Igreja reorientasse suas práticas e revisse sua teologia. Cabe ressaltar também, que entre meio a esse período, estava surgindo novas correntes teológicas, como é o caso da Teologia da Libertação.

Na América Latina, a II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, realizada em 1968, na cidade colombiana de Medellín, foi um marco para que as Igrejas latino-americanas revissem suas práticas perante a sociedade. A Conferência tinha como objetivo aplicar nas Igrejas Católicas do continente as diretrizes do Concílio do Vaticano II. O teor das discussões apontava para as renovações e significados nas práticas da Igreja, cobrando uma participação mais efetiva da Instituição em meio às camadas populares. No entender de Eder Sader, a grande ênfase em Medellín foi “precisamente a denúncia das estruturas sociais, que geram profundas desigualdades, exploração e miséria”⁵. Muitos bispos da América Latina, perplexos com a situação do

Continente, demonstraram interesse em comprometer-se na luta contra as injustiças sociais e contra a miséria, que assolava e assola ainda hoje o contexto latino-americano.

Tradicionalmente, a Igreja, enquanto uma Instituição hierárquica e corporativa, sempre esteve ligada à classe dominante. No campo, era atrelada aos grandes proprietários de terras e seus interesses. O homem simples do campo era visto como ignorante e sua maneira de viver o catolicismo era tratada como apenas superstição. Em seus estudos, sobre a relação da Igreja e a questão agrária, José de Souza Martins salienta que no contexto dos anos de 1950 com a política desenvolvimentista, e com o Golpe Militar na década seguinte, a Igreja, por meio dos seus discursos e ações, se demonstrava conservadora, reprimindo o que chamava de “perigo do comunismo”. Nesse período, a Igreja falava com a “boca dos patrões” e a ordem deveria ser mantida⁶.

Nos anos de 1970, o Brasil sofria intensamente com a política implementada pelo Regime Militar. A repressão e truculência dos militares, diante do florescimento e disseminação de lutas sociais no campo e na cidade fizeram com que a Igreja não ficasse inerte a situação. O Estado, que antes andava de mãos dadas com a Igreja, se tornaria hostil, reprimindo e violentando os seus sacerdotes. Em 1973, houve duas ações da Igreja evidenciando sua mudança de perspectiva face à política do Governo. Neste ano, em regiões diferentes, grupos de bispos lançaram dois documentos relevantes denunciando as atrocidades que estavam sendo cometidas contra os desprivilegiados. Esses documentos, ao mesmo tempo eram sinais de esperança. No Nordeste era publicado o documento “Eu ouvi os clamores do meu povo”, e no Centro-Oeste lançaram “Marginalização de um povo: grito das igrejas”. Ambos os documentos faziam críticas ferrenhas a política desenvolvimentista do Estado.

Na década seguinte a publicação desses documentos, em 14 de fevereiro de 1980, no município de Itaici, a Igreja aprovou pela 18ª Assembleia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) um documento que pode ser considerado um marco para a história da Igreja e a luta pela terra. Naquele momento, expressava publicamente o seu apoio a todos os trabalhadores e trabalhadoras do campo, que pelo modelo político e econômico do Estado estavam sendo expropriados e explorados no campo. O conteúdo desse documento foi elaborado por alguns bispos e assessorado por intelectuais da questão agrária. Ele expressava e denunciava, sem rodeios, as problemáticas que vinham se configurando no campo há décadas atrás. Condena ainda a concentração da propriedade da terra, a política do Estado para que as grandes empresas investissem seu capital no campo, e também denuncia a situação degradante dos pobres da terra e das comunidades indígenas, que constantemente estavam sendo alvos da expropriação⁷.

As fundamentações doutrinárias desse documento, ou seja, as argumentações bíblicas, para o apoio aos trabalhadores e trabalhadoras do campo e às comunidades indígenas, estavam pautadas na questão de que “a terra era um dom de Deus a todo o homem”. E, sendo de todos, por que algumas pessoas tinham tanta terra e a maioria dos trabalhadores e trabalhadoras do campo não tinham nenhum pedaço de chão para nele trabalhar e permanecer? É nesta perspectiva que a Igreja, junto às pastorais populares, iria trabalhar, legitimando a luta pela terra, sendo ela um meio para alcançar a terra prometida por Deus.

Outra argumentação relevante que partiu da Igreja e que foi apropriada por diversos movimentos sociais rurais, estava na contraposição de dois conceitos: terra de exploração e terra de trabalho. Conforme o documento tem-se a noção do que seria terra de exploração e terra de trabalho:

84. **Terra de exploração** é a terra de que o capital se apropria para crescer continuamente, para gerar sempre novos e crescentes lucros. O lucro pode vir tanto da exploração do trabalho daqueles que perderam a terra e seus instrumentos de trabalho, ou que nunca tiveram acesso a eles, quanto da especulação, que permite o enriquecimento de alguns à custa de toda a sociedade.

85. **Terra de trabalho** é a terra possuída por quem nela trabalha. Não é a terra para explorar os outros nem para especular. Em nosso país, a concepção de terra de trabalho aparece fortemente no direito popular de propriedade familiar, tribal, comunitária e no da posse. Essas formas de propriedade, alternativas à exploração capitalista abrem claramente um amplo caminho, que viabiliza o trabalho comunitário, até em áreas extensas, e a utilização de uma tecnologia adequada, tornando dispensável a exploração do trabalho alheio⁸.

Sob a argumentação de que a terra era um bem de todos e que ela deveria ser “terra de trabalho” e não de “exploração”, é que as atividades das CEBs e da CPT eram erigidas. A Igreja passava a investir nos discursos morais e éticos. Não era a vontade de Deus que houvesse tanta concentração de terras e milhões de trabalhadores e trabalhadoras sendo explorados. Inverteu-se a função que Deus deixara para a terra, era preciso transformar a “terra de exploração” em novamente “terra de trabalho”. Neste sentido, “é missão da Igreja convocar todos os homens para que estes vivam como irmãos superando toda forma de exploração, como quer o único Deus e Pai comum dos homens”. Sob a luz do Evangelho, a Igreja convocava os agentes religiosos e os cristãos preocupados com as causas sociais para que eles não devessem “somente ouvir, mas assumir os sofrimentos e angústias das vítimas, as lutas e esperanças das vítimas da injusta distribuição e posse da terra”⁹. A ideia de que a terra era um “presente de Deus” para os

seres humanos e que deveria ser distribuída para quem nela quisesse trabalhar é ainda um discurso muito utilizado pelas Pastorais Populares e movimentos sociais no campo.

Ao demonstrar os conflitos de perspectivas que surgiram entre Igreja e Estado, é significativo enfatizar que as transformações ocorridas na Instituição religiosa, ou em alguns setores da Instituição, não estavam desconexas da estrutura política, econômica e social do país. Isto é, a Igreja reorientou algumas de suas práticas e concepções por causa da própria conjuntura que atravessava o Brasil, e porque ela também estava sofrendo com o Governo dos Militares. Para Paiva, o conflito entre Igreja e Estado, especialmente a partir de 1970, se deu devido à incompatibilidade de posições entre a “Igreja Moderna” que se instalava no país, e os princípios autoritários que regiam o Estado. Assim:

O envolvimento da Igreja nas lutas sociais, especialmente no campo, prende-se à sua estratégia de ação direta e, no caso brasileiro, se intensificou graças a incompatibilidade com o regime e à incapacidade deste de cortar também à Igreja a possibilidade do contato inter-classes. Tal envolvimento esteve em muitas partes marcado por alianças com os grupos políticos, para os quais se deslocaram as alianças das forças Católicas¹⁰.

Para Martins, no contexto da década de 1970/80, a Igreja visualizava a questão agrária como um problema ético, social, político e pastoral – relacionado à “humanidade do homem”. O problema não partia da propriedade para terminar na propriedade. Era na concepção do “humano” que estava a chave para decifrar a concepção de “propriedade” que orientava a pastoral¹¹. Pelo fato de ter essa dimensão da humanidade do homem, da propriedade estar associada ao processo do desenvolver daqueles que dependem da terra para trabalhar, que o Documento da CNBB (Igreja e problemas da terra) foi aprovado também por bispos “intransigentes e conservadores”. O documento teve reprovação por apenas quatro votantes dos mais de trezentos, mesmo condenando, com clareza, a propriedade capitalista da terra. A Igreja começava a trabalhar a questão da terra na perspectiva da distribuição, em que todos, como filhos e filhas de Deus, tinham o direito de ter seu pedaço de chão. As palavras de Martins, na metade dos anos de 1980, são bem elucidativas quanto a essa problemática:

A Igreja começa a trabalhar o problema não na perspectiva da acumulação, mas na perspectiva da distribuição. É isso que vai marcar toda a posição dela até hoje, trabalhar com a idéia do pobre e da pobreza, e não com a idéia da acumulação que é o que está presente nas

posições dos partidos políticos de oposições, os partidos de esquerda em geral¹².

Neste sentido, observa-se que ficam bem claras as diferenças de visões de “propriedade” entre Estado e Igreja. É necessário ressaltar que a Igreja não estava contestando a propriedade privada, mas sim como alguns grupos da sociedade se apropriaram da maioria das terras, expropriando milhares de camponeses e povos indígenas. Na ótica da Igreja, sendo a questão agrária de ordem moral, ética – que impedia o desenvolvimento pleno do homem, especificamente daqueles que dependiam da terra para trabalhar – esse fato vai levar o seu confronto com o Estado, que incentivava a concentração de terras por meio de sua política e pela concessão de incentivos fiscais para as grandes empresas investirem seu capital no campo. A luta pela reforma agrária passaria a ter a conotação da luta contra a “negação do homem”¹³. Logo, lutar pela terra seria lutar pela liberdade da pessoa humana.

Nesse período, no contexto latino-americano, especialmente no Brasil, nasceria uma nova “forma de pensar a Igreja”, tendo um papel fundamental na oposição aos governos autoritários e conservadores. Germinava a “Teologia da Libertação”, que forneceria subsídios teóricos para orientar os trabalhos das Pastorais Populares, no campo e na cidade. Mas, o que vem a ser Teologia da Libertação? Quais os seus direcionamentos básicos? A princípio, cabe destacar que a Teologia da Libertação foi sistematizada a partir da própria situação caótica que passava a América Latina nos anos de 1950/60, onde muitos países do continente estavam sendo tomados por regimes ditatoriais que não tinham nenhum comprometimento com os desprivilegiados. Então, percebe-se que esta teologia não foi pensada por acaso, mas sim, objetivando processar um novo olhar sobre as questões sociais e políticas por meio dos Evangelhos. Pode-se dizer que a Teologia da Libertação nasceria a partir de fatores externos e internos a Igreja, ou seja, devido às contradições sociais da América Latina.

Se tivesse como reduzir uma fórmula central para a Teologia da Libertação, poderia utilizar a expressão: “opção preferencial pelos pobres”. Nesta teologia, a própria concepção de “pobre” se transformou. Sob a ótica tradicional da Igreja, os pobres eram vistos apenas como “coitados”, dignos de uma atenção caridosa por parte do clero e dos mais abastados. Já na ótica da Teologia da Libertação, os pobres são os agentes de sua própria libertação, sujeitos de sua própria história. Ou seja, através de suas reflexões e de seu engajamento em todos os níveis é que conseguiriam conquistar sua libertação. Resumindo, deixariam a opção da passividade e conformismo e assumiriam sua posição enquanto sujeito ativo da história.

Em síntese, é possível dizer que a Teologia da Libertação direcionava o seu olhar para os oprimidos, sendo que a libertação proposta por esta teologia deve acontecer nos mais variados

aspectos: econômico, social, político e religioso. De acordo com as palavras do teólogo Leonardo Boff, as preocupações desta corrente teológica vão para além do espiritual.

Trata-se de uma libertação que diz respeito a estruturas econômicas, sociais, políticas e ideológicas. Trata-se de atuar sobre as estruturas e não só sobre as pessoas, buscando mudar as relações de força entre os grupos sociais para que nasçam estruturas novas que comportem maior participação dos excluídos. A Cristologia da Libertação toma partido pelos oprimidos e acredita ser impelida a isto pela fé no Jesus histórico¹⁴.

No contexto brasileiro, a Igreja Católica teve um papel ímpar para o desenvolvimento da Teologia da Libertação, sendo que seus “agentes progressistas” exerceram influências decisivas em diversas instâncias, junto a diversos movimentos sociais, tanto no campo, como na cidade. Aliás, no contexto brasileiro, essa corrente teológica se desenvolveu com mais intensidade em relação aos outros países latino-americanos. Conforme Michael Lowy, a “Esquerda Católica” foi à precursora do Cristianismo Libertador no país na década de 1960¹⁵. Neste período, ela tinha poucos seguidores e, com isso, rapidamente foi atacada, não ganhando legitimação por parte da hierarquia da Igreja. Na década seguinte, a Teologia da Libertação começou a ganhar mais destaque e conseguiu conquistar muitos adeptos. Se opondo a miséria e opressão das camadas populares, homens e mulheres que acreditavam nos princípios “libertários” eram motivados a construir “uma nova forma de ser Igreja”, em que, literalmente, a “Igreja se fazia do povo”¹⁶ e trabalhava em prol da sua libertação.

Entre os teólogos da libertação brasileiros, pode-se destacar como o precursor Hugo Asmann, que em fins da década de 1960, começou a escrever textos sobre o cristianismo, vinculados a filosofia marxista. Após o seu exílio em 1971, os irmãos teólogos Leonardo e Clovis Boff tiveram destaque na sistematização e desenvolvimento dos escritos sobre a teologia da libertação no país¹⁷. Ao estudar a Teologia da Libertação e seus efeitos entre os pobres do campo, Célia Regina Vendramini acredita que esta Teologia foi uma das maiores contribuições para a América Latina. Em suas palavras:

A Teologia da Libertação é uma das maiores contribuições para a história da América Latina, principalmente pela audiência da Igreja Católica e pelas posições de parte importante do episcopado brasileiro ante os problemas sociais e a emergência de uma Igreja que nasce das bases populares. A novidade que traz é um cristianismo de base, um movimento massivo de questionamento das estruturas sociais e reivindicação de alternativas ao capitalismo¹⁸.

Se for analisar numa perspectiva macro, a Teologia da Libertação influenciou uma minoria da Igreja Católica no contexto latino-americano, pois, no Continente, o conservadorismo eclesiástico imperou e ainda impera na maior parte da Instituição. Contudo, não se pode desprezar os impactos deste fenômeno teológico em alguns países, especialmente no Brasil. Por mais que houve a predominância do conservadorismo, a Teologia da Libertação influenciou muitas Igrejas de origens Cristãs na América Latina, que por meio de bispos, padres, freiras, pastores, leigos, dentre outros agentes religiosos, pode desempenhar trabalhos significativos junto as classes subalternas, excluídas arbitrariamente por uma minoria dominante. Por parte daqueles que acreditavam na “teologia libertária”, houve muitas expectativas e esperanças em tempos melhores, que devido a diversas circunstâncias históricas não foram cumpridas.

Não há como desconsiderar o grande avanço e influência dos religiosos progressistas frente ao contexto político e social, também sobre a própria Igreja Católica na época. Todavia, partindo dos pressupostos de que a história não é linear e que o seu processar é permeado de caminhos e descaminhos, os progressistas, inspirados pela “teologia libertária”, também tiveram seus limites. Em uma pesquisa instigante, fruto do seu doutoramento, o historiador Damiano Duque de Farias discutiu esse assunto com muita propriedade. Ao recuperar as transformações ocorridas na Igreja Católica a partir de meados do século XX, tendo como objeto de estudo a Arquidiocese de São Paulo, entre os anos de 1945 e 1975, Farias constata que a ascensão dos progressistas foi momentânea, pois existiam no interior da Arquidiocese grupos conservadores muito fortes. Farias também descreve sobre o “romantismo católico” que caracterizava os progressistas, bem como os limites das ações e discursos dos mesmos¹⁹.

Ao refletir sobre o período abordado, no campo, os princípios da Teologia da Libertação inspiraram diversos grupos de religiosos, que desenvolveram trabalhos junto aos trabalhadores rurais. Os trabalhos das CEBs e da CPT podem ser considerados referências, e suas respectivas presenças foram marcantes na luta pela terra. Contudo, o que é CEBs? E CPT? Como eram desenvolvidos os seus trabalhos em meio aos sujeitos sem-terra?

As CEBs se configuraram como fundamentais para a “nova forma de ser Igreja”, ou como disse Leonardo Boff, por meio delas, “a Igreja se fez povo”²⁰. A sua presença foi marcante em fins da década de 1960, se multiplicando por todo o país, desenvolvendo atividades e estudos com os marginalizados do campo. Sendo considerada “Igreja do Povo”, as CEBs eram comunidades de fé. As pessoas que faziam parte das CEBs, geralmente eram da mesma comunidade, bairros, vilas, etc., compartilhavam da mesma fé e se reuniam para conversar, fazer orações, cantar hinos cristãos, trocar experiências, discutir a realidade do grupo e, procurar alternativas para enfrentar as dificuldades da comunidade.

Para além de um grupo religioso, as CEBs eram espaços sociais de libertação, em que os sujeitos envolvidos aprendiam na prática a buscar saídas para suas mazelas. Na compreensão de Vendramini, as CEBs se configuraram na prática a evidência de uma nova postura de alguns grupos da Igreja. Em um período de tensão, em que os militares proibiam qualquer tipo de discussão política, as CEBs, junto aos indivíduos em seu cotidiano, estimulavam reflexões críticas sobre a realidade. Assim:

Quando se proibiam e reprimiam com violência sindicatos, ligas camponesas e universidades, a Igreja se converteu na única válvula de escape para o protesto e organização social. Elas forjaram vínculos quase orgânicos com o novo movimento sindical brasileiro nos anos 80. Influenciaram também os movimentos de base pela moradia, transporte público e outros serviços urbanos, assim como pela terra nas zonas rurais²¹.

As CEBs poderiam surgir de diversas maneiras: por meio de uma luta popular, uma novena, um encontro para refletir sobre o Evangelho, etc. Assim, “quase todas as CEBs começaram por iniciativa de um agente pastoral – ou graças à sua presença – em torno de motivações religiosas”²². De acordo com Sader, o motivo principal que proporcionou as CEBs êxito junto aos sujeitos estava na sua característica flexível em suas formas organizativas, propiciando também formas de convívio com as pessoas, fazendo com que as mesmas se reconhecessem naquele grupo e, também acolhendo as formas de religiosidade popular²³. Esse caráter flexível fica revelado também nos números de participantes dos grupos, podendo variar de acordo com a necessidade local. Ao tentar traçar algumas características gerais de como eram as ações das CEBs, é preciso chamar a atenção, para a diversidade das Comunidades, mesmo que algumas de suas práticas eram semelhantes. Célia R. Novaes, ao estudar a questão agrária na Paraíba e o papel da Igreja neste estado, elucida que essa heterogeneidade era marcada pela realidade de cada local, dos anseios e perspectivas de cada grupo²⁴.

Nas atividades, as CEBs utilizavam o método “ver-julgar-agir”. Neste sentido, os grupos faziam uma leitura e reflexão da realidade, visando à ação sobre as problemáticas que circundavam a vida dos sujeitos. Resumindo, conhecer para efetivar a práxis libertadora. Esse método utilizado, por mais que pareça insignificante, proporcionava espaços para que os indivíduos construíssem uma dimensão crítica e transformadora, mesmo que se fosse apenas ao seu redor. No seio das CEBs, mudou-se a perspectiva de trabalho da Igreja. Para além da caridade, pregava-se uma práxis libertadora, em que os indivíduos eram movidos por suas reflexões sobre sua realidade, e sob a luz dos Evangelhos. Assim, “não atacara os fundamentos

que reproduziam essa situação injusta. Já a estratégia da libertação começa por ver nos pobres uma experiência de encontro com Deus e a possibilidade de serem sujeitos conscientes de sua própria libertação”²⁵.

Paralelamente a multiplicação das CEBs no campo, outro avanço significativo por parte da Igreja está na criação da CPT, em 1975. Sendo um organismo dentro da Igreja Católica, a CPT teve grande peso em meio à luta pela terra, pois, mesmo sendo dirigida por uma minoria de agentes religiosos progressistas, ela podia falar em nome da Instituição e, dispor de seus recursos materiais e humanos. Em diversos documentos publicados, a CPT fazia questão de mencionar que sua atuação no campo era a de contribuir na organização dos trabalhadores rurais, prestando assessoria jurídica e, na medida do possível, enquanto um organismo institucional muito relevante, mediar às negociações perante o Estado. Entretanto, a Comissão, e os seus representantes, sempre insistiam no fato de que a CPT não desejava coordenar os movimentos sociais no campo. Ela primava pela autonomia destes grupos, mesmo tendo uma atuação muito forte entre os mesmos. Para tanto, como órgão pastoral, declarava que não pretendia “fazer da CPT uma forma de organização de todos os agricultores, mas que ela ajude a criar formas autônomas de organização, onde todos, sem distinção de crença, estejam unidos nos mesmos interesses de classe”²⁶.

Uma das características fundamentais para o fortalecimento da CPT foi o seu caráter ecumênico. Com isso, abriram-se espaços para que religiosos de outras Instituições pudessem participar de suas atividades e, até não crentes, poderiam auxiliar nos trabalhos desenvolvidos pela Comissão. O fato da CPT ser um organismo pastoral autônomo, mesmo dentro da Igreja Católica, a abertura para o ecumenismo ficou menos complicada. Se a CPT fosse um órgão oficial da Igreja, o ecumenismo seria muito complexo. Na percepção do ecumenismo, a Comissão visualizava servir a causa dos trabalhadores rurais, organizando-os e dando estímulo para que lutassem por seus direitos historicamente negados, rumo a construir uma sociedade diferente, superando as relações capitalistas.

Sobre a atuação da CPT, em meio aos conflitos no campo, é incontestável que a Comissão teve uma participação capital na assessoria e organização de diversas lutas no campo. Não há como falar de luta pela terra nas décadas de 1970/80, sem mencionar a contribuição dos agentes pastorais ligados a CPT. A Comissão se inseria como um instrumento relevante para o crescimento político e organizacional dos trabalhadores no campo.

Sendo um organismo pastoral, com motivações religiosas, a CPT não deixava de exercer uma ação política, na medida em que contribuía na direção e nas formas de organização dos sujeitos. Conforme as análises de Cândido Grzybowski, “há uma opção política clara no trabalho

da CPT. Trata-se de prestar um ‘serviço eficiente’ para que os trabalhadores do campo se organizem de forma autônoma, participem, resistam, defendam seus interesses face às outras classes e ao Estado”²⁷. Neste sentido, o princípio pedagógico da intervenção da Comissão era a “práxis refletida, é a ação concreta pensada, programada e avaliada coletivamente na ação, dando legitimidade à organização e as lideranças que surgem”²⁸. As ações da CPT, ou melhor, daqueles que faziam parte da CPT, não eram apenas de caráter ideológico, ou teológico, mas também político. A Comissão, no entanto, analisava a realidade não só pelo prisma teológico, mas, sobretudo pelo caráter político. Assim, pode-se dizer que ela é um organismo pastoral, que reflete e toma as decisões também a partir de instâncias políticas. “Ela é um organismo pastoral e, por isso, uma realidade social, e o pessoal que nela atua deve ler a realidade com uma avaliação política e teológica”²⁹. Sendo assim, as decisões e ações da Pastoral, tinham origem ao mesmo tempo em análises políticas e em motivações teológicas.

Ao refletir sobre a ideologia e metodologia da CPT, Luiz Inácio Germany Gaiger, destaca que ela sendo pastoral, seguia duas óticas: a primeira seria “sustentar as organizações dos trabalhadores rurais em vista da defesa de seus interesses de classe e da transformação das relações sociais”; e a segunda estava pautada em “despertar na consciência dos trabalhadores rurais e dos cristãos em geral uma visão da mensagem evangélica que impele ao compromisso de cada um com seus irmãos, com a igualdade e com a justiça social”³⁰. Estas duas dimensões eram encaradas como a luta dos trabalhadores fosse uma marcha que conduzia ao “Plano de Deus” e ao “Reino da Justiça”.

Após mencionar, mesmo que brevemente, algumas características inerentes às CEBs e a CPT, que sob a ótica da Teologia da Libertação, tiveram participações relevantes na organização de diversas lutas pela terra no país, torna-se interessante ressaltar, que os agentes religiosos, em seus trabalhos, utilizavam constantemente os discursos religiosos e políticos de forma imbricada. Ou seja, em seus discursos, “religião e política”, ou, “fé e política” caminhavam juntos. Diversas analogias bíblicas eram referendadas para que os camponeses agissem diante da realidade que viviam. Uma analogia bíblica muito usada era sobre a “Terra Prometida”.

A terra era vista como uma “Promessa de Deus”. E, sendo promessa do Criador, era legítimo e dever do cristão lutar por sua conquista. Em seus trabalhos, os agentes religiosos procuravam ampliar o olhar dos trabalhadores rurais para que a terra fosse uma conquista na vida terrena, não ficar com a ilusão de que teriam apenas terra no céu. Diversos textos bíblicos foram usados para legitimar a luta pela Terra Prometida. Um dos textos muito utilizados nas atividades com os trabalhadores rurais sem-terra estava no livro de Gênesis, em que o Senhor prometeu a Abrão a terra de Canaã.

Disse o Senhor a Abrão, depois que Ló se separou dele: Ergue os olhos e olha desde onde estás para o norte, para o sul, para o oriente e para o ocidente; *porque toda essa terra que vês, eu te darei, a ti e à ti e a tua descendência, para sempre*. Farei a tua descendência como o pó da terra; de maneira que, se alguém puder contar o pó da terra, então se contará também a tua descendência. *Levanta-te, percorre essa terra no seu comprimento e na sua largura; porque eu te darei*. E Abrão, mudando as suas tendas, foi habitar nos carvalhais de Manre, que estão junto a Hebrom; e levantou ali um altar ao Senhor³¹. (sublinhado meu).

Por meio desta passagem bíblica e, também, de outras, os agentes religiosos trabalhavam com os sujeitos sem-terra o fato de que a concentração de terras nas mãos de algumas poucas pessoas não estava certo e transgredia o sentido único e verdadeiro da terra, que é o trabalho. A terra prometida não deveria ser objeto de especulação e negócio, ela deveria ser daqueles que nela trabalhassem e permanecessem. O que chama atenção na passagem bíblica é a questão de que ela remete a uma “ação concreta dos sujeitos”, assim como o Senhor tinha ordenado a Abrão. Quando o Senhor diz “levanta-te, percorre essa terra no seu comprimento e na sua largura; porque eu te darei”, para o contexto e realidade dos trabalhadores rurais, a mensagem era posta no sentido de que estes deveriam agir, se organizando coletivamente nos movimentos sociais e lutar para a conquista da terra prometida por Deus. Essa orientação, por parte dos agentes religiosos fica evidente num trecho da Cartilha que está sendo analisada: “Buscar a Terra Prometida por Deus não é esperar que alguém nos dê a terra. O primeiro passo na busca da terra prometida é a luta pelo chão, pela terra de morar e plantar”³². Os indivíduos deveriam sair da passividade para se tornarem sujeitos de sua própria libertação.

Nesta perspectiva, o discurso religioso legitimava e mobilizava as ações dos trabalhadores rurais, transformando a terra numa questão de vida ou morte. Paralelamente, “é assim que a luta torna-se uma luta sagrada, sem deixar de ser uma luta política”³³. Os discursos que orientavam o trabalho das CEBs e CPT, em meio aos sujeitos sem-terra, podem ser chamados como a “religiosação da política”, como já dissera Grzybowski, em seus estudos sobre os caminhos e descaminhos dos movimentos sociais rurais na década de 1980. De acordo com este autor, o trabalho dos agentes religiosos no campo, especialmente os vinculados a CPT, combinavam, de forma profícua, a religião com a política. E nesta relação, a dimensão do sagrado e do profano caminhava em harmonia, legitimando a luta pela terra. Assim descreve:

A simbiose foi produzida teoricamente pela teologia da libertação e se exprime numa metodologia de leitura da realidade, através de categorias bíblico-religiosas e sociológicas, e numa prática política religiosizada. Nos

movimentos sociais onde a Igreja se faz presente produz-se uma ambígua identidade política religiosa, cujas conseqüências no desenvolvimento das lutas e, sobretudo, na articulação política não podem ser desprezadas. A religiosização de categorias políticas se exprime no uso políticos de símbolos cristãos, como a cruz nos acampamentos, e na realização de atos religiosos com fins políticos, como missas, romarias da terra, etc.³⁴.

Diversos movimentos sociais no campo, emergidos em fins dos anos de 1970, e na década seguinte, contaram com o apoio de muitos agentes religiosos, engajados principalmente no trabalho das CEBs e da CPT. E, mais do que ter esse apoio, os movimentos sociais no campo filtraram uma infinidade de discursos provindos desses agentes. Discursos esses que iam ao encontro de suas reivindicações e, de certa forma legitimava suas ações. Cabe ressaltar, que esses novos discursos incorporados, não poderiam ser estranhos a realidade dos sujeitos, caso contrário, não produziriam efeitos. A partir de uma realidade particular, os movimentos sociais, incorporavam variados discursos inerentes a Igreja, e por vezes, os ressignificavam para suas ações e anseios.

Mediante ao que foi discutido ao longo do texto, nas décadas de 1970 e 1980, a Igreja, figurada nos agentes religiosos progressistas, transformou consideravelmente seu olhar para com os pobres do campo. Trabalhos Pastorais, em especial, desenvolvidos a partir das CEBs e CPT, inspirados pelos princípios da Teologia da Libertação, foram de fundamental importância no apoio e organização de diversas lutas pela terra, também na sistematização de alguns movimentos sociais no campo, dentre eles, o tão conhecido Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Junto aos trabalhadores rurais sem-terra, os agentes religiosos, por meio de um discurso moral e ético, ancorados nos ideais da “libertação dos oprimidos”, sob a “Luz dos Evangelhos”, estimulavam os sujeitos a se organizarem coletivamente e se tornarem atores de sua própria história. A combinação dos discursos políticos e religiosos abastecia a esperança, fé e resistência dos sujeitos, e legitimava a luta por um pedaço de chão, que por sua vez, era visualizada pelos sujeitos como a morada da vida.

Fontes

Documentos da CNBB, Nº 17. *Igreja e problemas da terra*. 2ª Ed. São Paulo: Edições Paulinas, 1980.

CPT – *Carta da II a. Assembléia Nacional da Comissão Pastoral da Terra*. Goiânia, 29 de setembro de 1979.

Gênesis, 13. 14-18. In: *A Bíblia Sagrada*. Trad. João Ferreira de Almeida. 2ª Edição. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.

-
- 1 – Ao usar o termo “agentes religiosos”, refiro-me aos bispos, padres, freiras, pastores e indivíduos leigos que desenvolviam trabalhos com os homens e mulheres marginalizados na cidade e no campo, sob a perspectiva do Evangelho Libertador.
- 2 – No texto, darei ênfase aos trabalhos ligados a Igreja Católica, porém, na luta pela terra, havia a participação significativa de grupos religiosos ligados a outras Instituições, como é o caso da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), especialmente no Sul do Brasil.
- 3 – GAIGER, L. I. G. *Agentes Religiosos e Camponeses Sem Terra no Sul do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 31.
- 4 – PAIVA, Vanilda. A Igreja Moderna no Brasil. In: _____. *Igreja e Questão Agrária*. São Paulo: Edições Loyola, 1985. p. 52-67.
- 5 – SADER, E. *Quando Novos Personagens Entraram em Cena: experiências, falhas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 154.
- 6 – MARTINS, José de S. *Caminhada no Chão da Noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo*. São Paulo: Editora Hucitec, 1989. p. 33-36.
- 7 - Documentos da CNBB, Nº 17. *Igreja e problemas da terra*. 2ª Ed. São Paulo: Edições Paulinas, 1980.
- 8 - Documentos da CNBB, Nº 17. *Igreja e problemas da terra*. 2ª Ed. São Paulo: Edições Paulinas, 1980. p. 30.
- 9 - Documentos da CNBB, Nº 17. *Igreja e problemas da terra*. 2ª Ed. São Paulo: Edições Paulinas, 1980. p. 4.
- 10 - PAIVA, Vanilda. A Igreja Moderna no Brasil. In: _____. *Igreja e Questão Agrária*. São Paulo: Edições Loyola, 1985. p. 65.
- 11 - MARTINS, José de S. *Caminhada no Chão da Noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo*. São Paulo: Editora Hucitec, 1989. p. 33-27.
- 12 - MARTINS, José de S. A Igreja face à política agrária do Estado. In: PAIVA, V. (Org.). *Igreja e Questão Agrária*. São Paulo: Edições Loyola, 1985. p. 119.
- 13 - MARTINS, José de S. *Caminhada no Chão da Noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo*. São Paulo: Editora Hucitec, 1989. p. 33-36.
- 14 - BOFF, L. *Jesus Cristo Libertador: ensaio de Cristologia crítica para o nosso tempo*. Petrópolis, Vozes. 1986. p. 23.
- 15 - LOWY, M. *A Guerra dos Deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 140.
- 16 -
- 16 – Sobre as novas formas de ser Igreja, em que a preocupação central era libertar os excluídos da sociedade, ver: BOFF, L. *E a Igreja se fez povo*. 3ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1986.
- 17 - Uma obra interessante que os dois irmãos lançaram juntos, a respeito da Teologia da Libertação e sua prática é: BOFF, C; BOFF, L. *Como fazer Teologia da Libertação*. 3ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1986.
- 18 - VENDRAMINI, C. R. *Consciência de classe e experiências sócio-educativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. São Carlos, 1997. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos. p. 180.

- 19 - Ver: FARIAS, Damião D. de. *Crise e Renovação Católica na Cidade de São Paulo: impasses do progressismo e permanências do conservadorismo (1945/1975)*. 2002. 446 f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP, São Paulo.
- 20 - BOFF, L. *E a Igreja se fez povo*. 3ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1986.
- 21 - VENDRAMINI, C. R. *Consciência de classe e experiências sócio-educativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. São Carlos, 1997. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos. p. 182.
- 22 - SADER, E. *Quando Novos Personagens Entraram em Cena: experiências, falhas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 157.
- 23 - SADER, E. *Quando Novos Personagens Entraram em Cena: experiências, falhas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 155.
- 24 - NOVAES, Celia R. A questão agrária e o papel da Igreja na Paraíba. In: PAIVA, V. (Org.). *Igreja e Questão Agrária*. São Paulo: Edições Loyola, 1985. p. 232-233.
- 25 - SADER, E. *Quando Novos Personagens Entraram em Cena: experiências, falhas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 164.
- 26 – CPT – *Carta da II a. Assembléia Nacional da Comissão Pastoral da Terra*. Goiânia, 29 de setembro de 1979. p. 3.
- 27 – GRZYBOWSKI, C. A Comissão Pastoral da Terra e os Colonos do Sul do Brasil. In: PAIVA, V. (Org.). *Igreja e Questão Agrária*. São Paulo: Edições Loyola, 1985. p. 269.
- 28 – GRZYBOWSKI, C. A Comissão Pastoral da Terra e os Colonos do Sul do Brasil. In: PAIVA, V. (Org.). *Igreja e Questão Agrária*. São Paulo: Edições Loyola, 1985. p. 270.
- 29 - POLETTO, I. As Contradições Sociais e a Pastoral da Terra. In: PAIVA, V. (Org.). *Igreja e Questão Agrária*. São Paulo: Edições Loyola, 1985. p. 130.
- 30 - GAIGER, L. I. G. *Agentes Religiosos e Camponeses Sem Terra no Sul do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 35.
- 31 - Gênesis, 13. 14-18. In: *A Bíblia Sagrada*. Trad. João Ferreira de Almeida. 2ª Edição. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993. p. 10.
- 32 - Serviço de Formação de Agentes de Pastoral Popular - *Cartilha Preparatória – VI Intereclesial*. p. 10.
- 33 - GAIGER, L. I. G. *Agentes Religiosos e Camponeses Sem Terra no Sul do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 38.
- 34 - GRZYBOWSKI, C. *Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo*. Petrópolis: Vozes, FASE, 1987. p. 68.

Referências Bibliográficas

BOFF, Leonardo. *Jesus Cristo Libertador: ensaio de Cristologia crítica para o nosso tempo*. Petrópolis, Vozes. 1986.

_____. *E a Igreja se fez povo*. 3ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

BOFF, Clóvis; BOFF, Leonardo. *Como fazer Teologia da Libertação*. 3ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1986.

FARIAS, Damião D. de. *Crise e Renovação Católica na Cidade de São Paulo: impasses do progressismo e permanências do conservadorismo (1945/1975)*. 2002. 446 f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP, São Paulo.

GAIGER, Luiz I. G. *Agentes Religiosos e Camponeses Sem Terra no Sul do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1987.

GRZYBOWSKI, Candido. A Comissão Pastoral da Terra e os Colonos do Sul do Brasil. In: PAIVA, V. (Org.). *Igreja e Questão Agrária*. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

GRZYBOWSKI, Candido. *Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo*. Petrópolis: Vozes, FASE, 1987.

LOWY, Michel. *A Guerra dos Deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARTINS, José de S. *Caminhada no Chão da Noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo*. São Paulo: Editora Hucitec, 1989.

MARTINS, José de S. A Igreja face à política agrária do Estado. In: PAIVA, V. (Org.). *Igreja e Questão Agrária*. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

NOVAES, Celia R. A questão agrária e o papel da Igreja na Paraíba. In: PAIVA, V. (Org.). *Igreja e Questão Agrária*. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

PAIVA, Vanilda. A Igreja Moderna no Brasil. In: _____. *Igreja e Questão Agrária*. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

POLETTI, Ivo. As Contradições Sociais e a Pastoral da Terra. In: PAIVA, V. (Org.). *Igreja e Questão Agrária*. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falhas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

VENDRAMINI, Celia R. *Consciência de classe e experiências sócio-educativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. São Carlos, 1997. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos.